

CHAMAMENTO PÚBLICO N. 005/2023

EDITAL DE APOIO A REFORMAS, RESTAUROS, MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE SALAS DE CINEMA

A Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), no uso de suas atribues previstas no Art. 47 da Lei Estadual n. 21.352/2023, subsidiariamente  Lei Complementar n. 195/2022, ao Decreto Federal n. 11.453/2023, ao Decreto Federal n. 11.525/2023, ao Decreto Estadual n. 3.463/2023, da Secretaria de Estado da Cultura, vem, por meio deste Edital, tornar público o chamamento para a seleção de projetos de reformas, restauros, manutenção e funcionamento de salas de cinema, para o recebimento de fomento exclusivamente na área artístico-cultural do audiovisual.

Em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Cultura, o Edital de Chamamento Público n. 005/2023 vem assegurar, dentro das normas estabelecidas, a valorização, proteção e promoção do patrimnio da produção artístico-cultural, e das manifestações culturais, no Estado do Paraná, concretizando o seu compromisso com a diversidade e o pluralismo cultural, com a descentralização das atividades incentivadas, que buscam promover a democratização do acesso às atividades e aos bens culturais, e o acesso  produção e fruo da cultura em todos os municípios paranaenses.

1. DO OBJETO

- 1.1. Com fundamento no Art. 6., inciso II, da Lei Complementar n. 195/2022, a Secretaria de Estado da Cultura, por meio deste Edital, por todo o Estado do Paraná, observando os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, eficiência e

demais normas e condioes, tem o proposito de apoiar projetos de reformas, restauros, manutenao e funcionamento de salas de cinema, visando o fomento a preservaao de espaços que permitam a exposiao aberta ao publico regular de obras audiovisuais para fruiao coletiva paranaense, de forma exclusiva ou em complemento a outras formas de financiamento, inclusive aquelas com origem em recursos publicos ou financiamento estrangeiro, realizados por Agentes Culturais sediados no Estado do Parana ha no minimo 06 (seis) meses, retroativamente, a partir da data da habilitaao.

- 1.1.1. Conforme estabelecido no Art. 3., 5., inciso II, alíneas *a*), *b*) e *c*) do Decreto n. 11.525/2023, são elegíveis a receber os recursos previstos neste Edital as salas de cinema publicas, privadas que não componham redes e as redes de salas de cinema com até 25 (vinte e cinco) salas em território nacional.
- 1.2. A Secretaria de Estado da Cultura, por meio deste Edital, prevê a inscriao de projetos a serem executados nas categorias relacionadas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.
- 1.3. O resultado final deverá observar o seguinte:
 - 1.3.1. No minimo 50% (cinquenta por cento) do montante total dos recursos disponibilizados para este concurso serão destinados a projetos de Agentes Culturais que tenham sede (Pessoa Jurídica) em município do Estado do Parana que não seja a Capital Curitiba e atuaao, prioritariamente, fora da Capital.
 - 1.3.1.1. Caso o Agente Cultural pretenda se beneficiar do disposto no item 1.3.1, deverá declarar no momento da inscriao que tem sede e atuaao prioritária fora da Capital, em consonância com o endereço cadastrado no sistema SIC.Cultura (www.sic.cultura.pr.gov.br).

- 1.3.1.2. Não havendo demanda suficiente para atender   divisão citada no item 1.3.1, os valores poderão ser remanejados para contemplar projetos classificados de Agentes Culturais sediados na Capital.
- 1.3.1.3. Para fins de destina o dos recursos na sele o de projetos, conforme item 1.3.1, serão considerados os dados de sede que constem no cadastro de Agente Cultural no momento da inscri o.
- 1.3.2. Conforme estabelecido no Art. 16,  1. , inciso IV, do Decreto Federal n.  11.525/2023, todas as categorias contemplarão uma reserva de vagas de 20% (vinte por cento) para projetos e a oes apresentados por pessoas negras, bem como uma reserva de vagas de 10% (dez por cento) para projetos e a oes propostos por pessoas indígenas.
- 1.3.3. A pontua o obtida na avalia o técnica e de mérito será acrescida de pontos adicionais, caso o projeto se enquadre, e expressamente o declare, sob as penas da lei, nas situa oes relacionadas abaixo:
 - 1.3.3.1. Projetos submetidos por Agente Cultural Pessoa Jurídica (com CNPJ constituído) mediante análise da composi o de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quadro societário que integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital.
 - 1.3.3.2. Projetos cuja equipe seja predominantemente composta por pessoas integrantes dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS,

ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital.

- 1.3.3.3. Projetos cuja contrapartida social seja direcionada aos grupos indicados no item 3.2, relacionados no Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital.
- 1.3.3.4. Caso o projeto pretenda se beneficiar do disposto nos itens 1.3.2, 1.3.3.1 e 1.3.3.2 será necessário preencher e anexar autodeclara o conforme modelo contido no Anexo VIII – FORMULÁRIO DE AUTODECLARA O, assumindo a responsabilidade civil e criminal pela veracidade da declara o, sujeito às san oes administrativas, civis e penais, em caso de comprova o de falsidade, nos termos da lei.
- 1.3.3.5. O acréscimo de pontos mencionado no item 1.3.3. será considerado para o enquadramento em cada um dos itens 1.3.3.1, 1.3.3.2 e 1.3.3.3 até o limite de 20 (vinte) pontos.

2. DO VALOR

- 2.1. O valor total de recursos para este Edital será de R\$ 4.818.723,69 (quatro milhões, oitocentos e dezoito mil, setecentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos).
 - 2.1.1. Os recursos financeiros destinados às atividades previstas neste Edital correrão por conta da seguinte dota o orçamentária do Fundo Estadual de Cultura: **Dota o Orçamentária: 5160.13392155.113 (A OES EMERGENCIAIS COM VISTAS A MITIGAR OS EFEITOS DA PANDEMIA DA**

COVID-19), na **Natureza da Despesa:** 3350.4100 (TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS E OU COM FINS LUCRATIVOS 3360.4100 e/ou 3390.4800 – OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA), da **Fonte de Recursos:** 715 (TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL – LC N.º195/2022 ART. 5.º – AUDIOVISUAL).

- 2.2. A distribuição dos recursos será realizada levando-se em conta os critérios estabelecidos no item 3 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.
- 2.3. A Comissão de Seleção reserva-se o direito de avaliar e deliberar sobre a aprovação de um valor menor que o previsto originalmente na planilha orçamentária do projeto. Essa decisão será pautada na análise da viabilidade financeira e orçamentária do projeto, bem como a disponibilidade de recursos para este Edital, considerando as diretrizes e critérios aqui estabelecidos.
- 2.4. Após a seleção dos projetos, caso não haja contemplados suficientes para o total de recursos destinados a este Edital, a SEEC poderá remanejar os recursos remanescentes para outros editais realizados com recursos oriundos da Lei Complementar n.º 195/2022.
- 2.5. O valor citado no item 2.1 poderá ser suplementado com recursos da Lei Complementar n.º 195/2022.
 - 2.5.1. Caso haja ampliação da dotação orçamentária, novos projetos poderão ser convocados pela Comissão de Seleção, respeitando o estabelecido no item 13 deste Edital.

3. DAS DEFINIÇÕES

- 3.1. Para os efeitos deste Edital, entende-se por:

- a) **Projeto:** formalização da proposta cultural por meio de informações e documentos apresentados à Secretaria de Estado da Cultura, conforme descrito nos itens 5, 6 e 8 neste Edital;
- b) **Agente Cultural:** é Pessoa Jurídica, que se inscreve neste Edital e que assume a responsabilidade legal junto à Secretaria de Estado da Cultura pelo projeto, ou seja, por sua inscrição, execução e conclusão;
- c) **Secretaria de Estado da Cultura:** órgão do Governo do Estado do Paraná responsável por este Edital, doravante denominado simplesmente SEEC;
- d) **Termo de Execução Cultural:** instrumento firmado entre o Agente Cultural e a Secretaria de Estado da Cultura para estabelecer as obrigações das partes na implementação das modalidades previstas no Art. 6.º da Lei Complementar n.º 195/2022, com seu detalhamento previsto no Art. 23 e seguintes do Decreto Federal n.º 11.453/2023 e Art. 25 e seguintes do Decreto Estadual n.º 3.463/2023;
- e) **Contrapartida:** ação que deverá ser realizada pelo Agente Cultural em retribuição pelo financiamento de seu projeto com recursos públicos, conforme estabelecido no Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL;
- f) **Salas de cinema:** recintos destinados, ainda que não exclusivamente, ao serviço de exibição aberta ao público regular de obras audiovisuais para fruição coletiva, admitida a possibilidade de ampliação da vocação de outro espaço cultural já existente;
- g) **Reforma:** pinturas, reparos elétricos, hidráulicos, troca de revestimentos, forros, construção de paredes internas, entre outros, em edificações existentes, que não impliquem em ampliações ou supressões de área, modificações na estrutura ou no número de pavimentos, alterações na configuração do perímetro externo do uso

aprovado e modifica o da forma do bem em planta, corte ou eleva o;

- h) **Restauo:** Conjunto de opera es e atividades destinadas a restabelecer a integridade física e est tica do Bem cultural, a partir do reconhecimento dos aspectos simbólicos que o valoram e a necessidade de garantir a legibilidade desses aspectos, considerando os traços da passagem do tempo.
- i) **Manuten o e funcionamento:** conjunto de opera es destinadas a garantir, principalmente, condi es de uso e bom funcionamento da unidade; aquisi o, troca ou manuten o de equipamentos como projetores, telas, sistemas de som, mobiliários, entre outros;
- j) **Anteprojeto:** conjunto de informa es técnicas que definem o partido arquitet nico e dos elementos construtivos, estabelecendo diretrizes para os projetos complementares, com elementos e informa es necessárias e suficientes e nível de precisão adequado para caracterizar a interven o e assegurar a viabilidade técnica e executiva do sistema proposto;
- k) **Memorial descritivo:** detalhamento da proposta de interven o, com as devidas justificativas conceituais das solu es técnicas adotadas, dos usos definidos e das especifica es dos materiais;
- l) **Especifica es:** defini o dos materiais, acabamentos e procedimentos de execu o a serem utilizados em obra, em especial revestimentos de pisos, paredes e tetos de todos os ambientes e fachadas;
- m) **Diário de obra:** documento produzido pelo responsável técnico da obra, contendo informa es diárias sobre a obra, como: dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva Anota o de Responsabilidade Técnica/Registro de

Responsabilidade Técnica (quando cabível); as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço; as datas de início e de conclusão de cada etapa programada; a posi o física do empreendimento no dia de cada visita técnica; orienta o de execu o, mediante a determina o de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especifica es; nomes de empreiteiras ou subempreiteiras, caracterizando as atividades e seus encargos, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs/RRTs respectivas; acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos; os períodos de interrup o dos trabalhos e seus motivos, quer de caráter financeiro ou meteorológico, quer por falhas em serviços de terceiros não sujeitas   ingerência do responsável técnico; outros fatos e observa es que, a juízo ou conveniência do responsável técnico pelo empreendimento, devam ser registrados; demais informa es pertinentes ao objeto;

- n) **Atestado de conclusão de obra/serviço**: documento que comprove a conclusão da obra. Devendo conter as seguintes informa es: se emitido por Pessoa Jurídica, deve constar sua razão social e CNPJ, bem como o nome, cargo/fun o e assinatura do representante legal da pessoa jurídica, em papel timbrado da Pessoa Jurídica ou contendo seu carimbo de CNPJ; se emitido por Pessoa Física, deve constar nome, CPF e assinatura do emitente; completa identifica o da obra/serviço, constando todos os Serviços e Atividades Técnicas desenvolvidas na execu o do contrato com seus respectivos quantitativos; localiza o da obra/serviço; período de execu o efetiva da obra/serviço com data de início e término; identifica o completa da empresa executora (quando houver); identifica o completa do(s) responsável(is) técnico(s); descri o da(s) atividade(s) executada(s)

pelo(s) profissional(ais) e seu(s) respectivo(s) quantitativo(s); local e data da expedi o do documento;

- o) **Anota o de responsabilidade técnica:** documento que comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea possuem um responsável devidamente habilitado e com situa o regular perante o Conselho para realizar tais atividades;
- p) **Registro de responsabilidade técnica:** documento que comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de Arquitetura e Urbanismo possuem um responsável devidamente habilitado e com situa o regular perante o Conselho para realizar tais atividades.

4. DA PARTICIPA O E VEDA OES   PARTICIPA O

4.1. DA PARTICIPA O: será permitida a participa o de Agentes Culturais neste Edital conforme os seguintes critérios:

- 4.1.1. Pessoas Jurídicas de Direito Privado, que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, com sede no Estado do Paraná há pelo menos 06 (seis) meses, contados, retroativamente, a partir da data da habilita o, sendo vedada a participa o de qualquer Pessoa Jurídica de Direito Público, ou mesmo de Pessoa Jurídica de Direito Privado com contrato de gestão ou termo de parceria com a SEEC.
 - 4.1.1.1. No caso de Agente Cultural Pessoa Jurídica, a sua representa o caberá ao representante legal da empresa ou entidade, segundo disposto em Estatuto Social, Contrato Social, ata ou instrumento de procura o – devidamente registrado em cartório.

4.1.2. Os projetos de reformas, restauros, manuten o e funcionamento de salas de cinema públicas deverão ser apresentados por Pessoas Jurídicas de Direito Privado, mediante a apresenta o de carta de anuência do órgão ou entidade responsável pela gestão do espaço.

4.2. VEDA O DA PARTICIPA O: será vedada a participa o de Agentes Culturais ou membros de equipe, em qualquer projeto, a qualquer título, caso se enquadrem em uma das situa es abaixo:

- 4.2.1. Não será aceita a inscri o de Pessoas Físicas.
- 4.2.2. Agentes Culturais que possuam pendências de projetos executados junto ao Estado do Paraná;
- 4.2.3. Agentes Culturais que possuam impedimento decorrente de processo administrativo em andamento;
- 4.2.4. Servidores públicos estatutários, comissionados ou temporários ativos, residentes técnicos, estagiários e terceirizados da SEEC e nas suas unidades vinculadas;
- 4.2.5. Integrantes da Comissão de Análise Técnica e de Mérito e da Comissão de Sele o dos projetos inscritos neste Edital;
- 4.2.6. Pessoas Jurídicas que não possuam natureza ou finalidade cultural expressa no estatuto;
- 4.2.7. Pessoas Jurídicas de direito público da administra o direta ou indireta;
- 4.2.8. Pessoa Jurídica que possua dentre os seus dirigentes, sócios ou representantes o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3.  grau:

I. agentes políticos ou dirigentes do Poder Executivo Estadual;

II. servidores públicos estatutários, comissionados ou temporários, residentes técnicos e terceirizados da SEEC e suas vinculadas ou com contrato de gestão.

Considerando como vinculadas:

- Associa o de Amigos do Museu Oscar Niemeyer;
- Biblioteca Pública do Paraná;
- Casa Andrade Muricy;
- Centro Cultural Teatro Guaíra;
- Centro Juvenil de Artes Plásticas;
- Museu Alfredo Andersen;
- Museu da Imagem e do Som;
- Museu de Arte Contemporânea;
- Museu do Expedicionário;
- Museu Paranaense;
- PalcoParan ;
- Sala do Artista Popular.

4.2.9.   vedado o aporte em projetos que apresentem caráter sectário, discriminatório ou que atentem contra as institui es públicas,   dignidade e aos direitos humanos, conforme previsto no Art. 18,  2.  do Decreto Federal n.  11.453/2023, com fundamento no disposto no Art. 3. , inciso IV, da Constitui o Federal de 1988.

5. DO PROJETO

5.1. Os elementos e informa es necessárias que deverão compor o projeto visando a sua análise estão contidos no formulário/aba de

inscrição dentro do sistema SIC.Cultura, cabendo aos Agentes Culturais, além do seu integral preenchimento, anexar os documentos e materiais obrigatórios exigidos pelo Edital.

5.2. O projeto inscrito deverá contemplar obrigatoriamente:

5.2.1. Uma das categorias apontadas no item 3.1 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital;

5.2.2. Uma das categorias de abrangência de realização do projeto (capital ou interior), conforme apontada no item 3.5 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

5.3. Caso o projeto utilize recursos complementares oriundos de fontes diversas ao presente Edital, eles deverão ser informados no formulário/aba de apresentação do projeto e declarados na aba “Outras Fontes de Financiamento”.

5.3.1. É vedada a sobreposição entre os itens custeados com recursos deste Edital com aqueles a serem obtidos junto a outras fontes.

5.4. Não poderão ser custeadas com os recursos originários da Lei Complementar n.º 195/2022 as seguintes despesas:

5.4.1. Honorários para elaboração do projeto;

5.4.2. Divulgação e comercialização que, somadas, ultrapassem o limite de 20% (vinte por cento) do orçamento total aprovado para o projeto;

5.4.3. Pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração a servidores da SEEC e das entidades a ela vinculadas;

5.4.4. Pagamento pela função de Agente Cultural e/ou proponente.

- 5.4.5. A remuneração pela função de Coordenação de Projeto no poder exceder o limite de 10% (dez por cento) do oramento total do projeto.
- 5.5. Para fins de otimização de recursos deste Edital, a mesma Pessoa Fsica ou Jurdica no poder ser remunerada por mais de 02 (duas) funoes em um mesmo projeto.
- 5.5.1. As informaoes referentes (s) funo(es) e remunerao(es) do(s) profissional(is) (Pessoa Fsica ou Jurdica) exercida(s) no projeto e relacionado(s) na aba "Ficha Tcnica/Currculo" devero, obrigatoriamente, ser idnticas s informaoes preenchidas nos itens oramentrios, na aba "Oramento Detalhado".
- 5.5.2. Havendo profissionais que exeram mais de uma função remunerada no projeto, o Agente Cultural dever informar, **de forma separada**, na aba "Ficha Tcnica/ Currculo", cada função exercida pelo profissional no projeto, repetindo o mesmo profissional e alterando apenas a função e o valor de remuneração com correspondente informação no oramento detalhado.
- 5.5.2.1. Caso o profissional exera mais de uma função, dever ser apresentado um currculo para cada uma delas, respeitando o limite mximo de 2 (duas).
- 5.6. Projetos que no atendam s exigncias do item 5 e seus relacionados sero desclassificados na etapa de seleção dos projetos.
- 5.7. Conforme disposto no Art. 27 do Decreto Federal n. 11.453/2023, os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrncia do fomento sero de titularidade do Agente Cultural, desde a data de sua aquisição, nas seguintes hipteses:

I – quando a finalidade do fomento for viabilizar a constitui o de acervo, fortalecer a transmissão de saberes e práticas culturais, fornecer mobiliário, viabilizar aquisi o de equipamentos, viabilizar moderniza o, reforma ou constru o de espaços culturais, prover recursos tecnológicos para Agentes Culturais, prover recursos para garantir acessibilidade, ou objetivo similar; ou

II – quando a análise técnica da Comissão de Sele o indicar que a aquisi o de bens com titularidade do Agente Cultural   a melhor forma de promover o fomento cultural no caso concreto.

5.7.1. Nos demais casos, ao término do projeto o Agente Cultural deverá doar o bem para a SEEC ou, com a anuência desta, para uma institui o declarada de utilidade pública sediada no Estado do Paraná, e apresentar comprova o no relatório de presta o de contas do projeto.

5.7.1.1. Nos casos de rejei o da presta o de contas, o valor pago pela aquisi o será computado no cálculo de valores a devolver, com atualiza o monetária.

5.8. Os Agentes Culturais deverão, obrigatoriamente, incluir nos materiais de divulga o do projeto (impresso, virtual e audiovisual):

5.8.1. As marcas da Cultura Paraná, Secretaria de Estado da Cultura/Governo do Paraná, conforme regras previstas no Manual de Identidade Visual a ser disponibilizado no SIC.Cultura e no site da SEEC. Também deverão ser incluídas as marcas do Governo Federal, de acordo com as orienta es técnicas do Manual de Identidade Visual do Ministério da Cultura

(<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/marcas-e-manual>).

- 5.8.2. A aplica o das marcas deverá ser complementada nos materiais de divulga o do projeto com a frase “PROJETO APROVADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – GOVERNO DO PARANÁ, COM RECURSOS DA LEI PAULO GUSTAVO, MINISTÉRIO DA CULTURA – GOVERNO FEDERAL”. A frase também deverá ser mencionada oralmente em peças de divulga o em m dias eletr nicas e/ou digitais (rádio, TV, internet), caso utilizadas, em seus espetáculos (na abertura e/ou no encerramento) e nos produtos gerados pelo projeto ( udio e vídeo, CD, DVD, Livro, Catálogo).
- 5.8.3. Os Agentes Culturais deverão, obrigatoriamente, confeccionar e instalar uma placa indicando que a reforma, restauro ou manuten o e funcionamento do espaço foram realizados com recursos deste Edital, através da utiliza o das marcas oficiais e da expressão previstas nos itens 5.8.1 e 5.8.2.
- 5.8.4. Todos os materiais de divulga o e os materiais gerados pelo projeto, em todos os seus formatos, devem ser enviados para aprova o prévia para o e-mail leipaulogustavo@seec.pr.gov.br com o assunto “Aprova o de material – NOME DO EDITAL”. O prazo para análise   de 03 (três) dias úteis.
- 5.9. A altera o de integrantes da equipe principal constante na Ficha Técnica do projeto só será permitida após a análise e aprova o da SEEC.
- 5.9.1. Integrantes da equipe principal que, no momento da inscri o, tenham sido declarados como pertencentes a um ou mais grupos sociais elencados no item 2.2. do Anexo VI –

POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZAO DO ACESSO deverão ser preferencialmente substituídos por profissionais que pertençam ao mesmo ou a outro(s) grupo(s) descrito(s) no referido item.

- 5.9.1.1. Caso o Agente Cultural não possa atender à determinação do item 5.9.1, deverá justificá-lo à SEEC, que avaliar a pertinência do argumento e terá poder de deferir ou indeferir a solicitao.
- 5.9.2. Os demais membros, que não integrem a equipe principal constante na Ficha Técnica, poderão ser substituídos independente de análise prévia e aprovao da SEEC.
- 5.10. Caberá exclusivamente aos Agentes Culturais a responsabilidade pela legalidade da utilizao e reproduo dos elementos artísticos discriminados nos respectivos projetos, atendendo em especial às disposioes da Lei Federal n. 9.610/1998, pertinente aos “direitos de autor”, isentando o Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado da Cultura de qualquer nus nesse sentido.
- 5.11. Os projetos deverão ser concluídos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicao do Termo de Execuo Cultural, sendo que este poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, mediante solicitao do(a) Agente Cultural, devidamente formalizada e justificada, a ser aprovada pela SEEC.
- 5.12. Para fins de Prestao de Contas, o Agente Cultural deverá observar os procedimentos estabelecidos no Anexo VII – PRESTAO DE CONTAS.
- 5.13. Respeitando o orçamento global inicialmente proposto, os projetos poderão sofrer remanejamento orçamentário em até 20% (vinte por

cento) do valor previsto inicialmente para cada rubrica, sem prévia aprova o da SEEC.

5.14. A regra descrita no item 5.13 não se aplica aos seguintes casos:

5.14.1. No caso de haver altera o( es) no(s) valor(es) de pagamento da remunera o( es) do(s) profissional(is) relacionado(s) na Ficha Técnica do projeto.

5.14.1.1. No caso previsto no item 5.14.1, a solicita o deve ser acompanhada de justificativa detalhada e de carta de anuência assinada pelo profissional com o novo valor a ser remunerado.

5.14.2. Caso o pedido de remanejamento seja superior ao percentual indicado no item 5.13, ou haja a inclusão ou exclusão de rubricas;

5.14.3. No caso de solicita o do uso de rendimentos oriundos de aplica o financeira.

5.15. Recomenda-se a prioriza o da contrata o de profissionais que sejam residentes no Estado do Paraná.

6. DA CONTRAPARTIDA SOCIAL

6.1. Os Agentes Culturais destinatários dos recursos previstos na Lei Complementar n.  195/2022 deverão oferecer contrapartida social, dentro do prazo e das condi es acordadas com a SEEC, conforme disposi es estabelecidas no Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital.

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1. O processo de sele o dos projetos inscritos neste Edital acontecerá seguindo as seguintes etapas:

I – Inscri o;

- II – Análise Técnica e de Mérito Cultural;
- III – Publica o do resultado com notas;
- IV – Prazo de recurso da Análise Técnica e de Mérito;
- V – Publica o do resultado do recurso;
- VI – Sele o de Projetos;
- VII – Publica o da Sele o;
- VIII – Habilita o;
- IX – Publica o da Habilita o;
- X – Prazo de Recurso da Habilita o;
- XI – Resultado Final (rela o de projetos contratados).

8. DA INSCRI O

- 8.1. O período para inscri o de projetos neste Edital   das 12h00 do dia 17 de outubro de 2023 até 31 de outubro de 2023 às 18h00 (horário oficial de Brasília, GMT-3), devendo ser respeitados os procedimentos estabelecidos por este Edital.
- 8.2. Todo processo de Inscri o, Análise Técnica e de Mérito, Recursos, Habilita o, acompanhamento dos projetos e Presta o de Contas se dará, exclusivamente, por meio digital, através do Sistema SIC.Cultura no endereço www.sic.cultura.pr.gov.br.
 - 8.2.1. Para participar deste Edital, o Agente Cultural deverá, obrigatoriamente, integrar o Cadastro de Agentes Culturais do Estado do Paraná, realizando seu cadastro no endereço www.sic.cultura.pr.gov.br.
 - 8.2.2. Para que o projeto seja contemplado neste Edital, o Agente Cultural **Pessoa Jurídica** deverá, obrigatoriamente, integrar o Cadastro de Contratantes da Agência do Trabalhador da Cultura, preenchendo o formulário no endereço:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfQ8H69Mi2rB_hVmDW9ltOfEVcSAicarPBjw6xsbPlxhsfk8Q/viewform.

- 8.2.3. O uso do login e senha   pessoal e intransferível, cabendo exclusivamente ao usuário a correta utiliza o de seu email, senha e cadastro no Sistema.
- 8.2.4. Conforme determina o da Lei Geral de Prote o de Dados (Lei Federal n.  13.709/2018), Decreto Federal n.  6.474/2020 e Decreto Estadual n.  3.463/2023, a inscri o e a participa o no certame implicará no tratamento de seus dados pessoais. A finalidade do tratamento dos dados pessoais listados abaixo está correlacionada   organiza o e   execu o deste Edital de Chamamento Público.
- 8.2.5. O nome, o CNPJ, o endereço, contatos telef nicos e o e-mail do Agente Cultural deverão ser, obrigatoriamente, os mesmos discriminados no cadastro do Agente Cultural.
- 8.2.6. No caso de Pessoa Jurídica,   incumbência do representante legal da empresa realizar a inscri o no sistema SIC.Cultura. Essa inscri o deve ser feita por meio do registro do Agente Cultural vinculado   respectiva Pessoa Jurídica.
- 8.2.6.1. Para fins da inscri o de projetos de Pessoa Jurídica, além do(s) representante(s) legal(is), deverá estar relacionado o quadro societário (sócios, diretores, administradores e outros), obrigatoriamente, no Sistema de Informa o Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”.
- 8.2.6.2. Para fins de verifica o na fase de habilita o dos projetos, serão considerados como representantes legais de Pessoas Jurídicas de Direito Privado sem fins

lucrativos (ONG, Associa o, Instituto, Sociedade, Funda o etc.) apenas a figura do Presidente e Vice-Presidente ou cargos correlatos, devendo, obrigatoriamente, estarem relacionados como sócio da Pessoa Jurídica no Sistema de Informa es Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”.

8.3. Os documentos necessários para inscri o, conforme descrito no Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO deste Edital, estarão disponibilizados no sistema SIC.Cultura, para preenchimento obrigatório das abas:

- Identifica o;
- Categorias;
- Segmentos;
- Apresenta o;
- Objetivos;
- Justificativa;
- Democratiza o de Acesso/Contrapartida Social;
- Etapas de Trabalho;
- Plano de Realiza o do Projeto;
- Ficha Técnica/Currículo;
- Orçamento Detalhado;
- Outras Fontes de Financiamento;
- Plano Básico de Divulga o;
- Público Alvo do Projeto;
- Documentos e Informa es a serem anexados.

- 8.4. O Agente Cultural deverá fazer o preenchimento completo do formulário/abas, anexando documentos e demais conteúdos exigidos pelo Edital.
- 8.5. O Agente Cultural deverá anexar os documentos obrigatórios correspondentes ao Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO, que compõem Análise Técnica e de Mérito a ser realizada pelas comissões técnicas de pareceristas da área artístico-cultural do Audiovisual e/ou Patrim nio, e ao Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITAÇÃO, que serão analisados na oitava etapa do processo, denominada de Habilitação, conforme expresso no item 7.1, VIII, a ser realizada pela SEEC.
- 8.5.1. A não anexação, durante a fase de Inscrição, de documentos e informações obrigatórios para a fase de Análise Técnica e de Mérito, conforme especificado no Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO, resultará na impossibilidade de avaliação do projeto e acarretará na sua desclassificação.**
- 8.6. Toda a documentação deverá ser digitalizada de forma legível e, quando for o caso, frente e verso, devendo ser observado o seu prazo de validade no momento da inscrição.
- 8.7. Os documentos e conteúdos anexados deverão respeitar as especificações técnicas exigidas pelo sistema SIC.Cultura e por este Edital e seus anexos.
- 8.8.   reservado   SEEC o direito de exigir, em qualquer momento, a apresentação do(s) documento(s) original(is).

- 8.9. O ato de inscri o dos projetos implica na aceita o do estipulado neste Edital, seus anexos e nas demais normas que o integram.
- 8.10. Cada Agente Cultural poderá inscrever até dois projetos por meio de seu CNPJ neste Edital, considerando todas as categorias previstas no item 3.1, do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Contudo, somente será possível a aprova o de, no máximo, um projeto por categoria, dentro do limite global de dois projetos para todo o Edital.
- 8.11. A Comissão de Sele o observar  na sele o/distribui o dos projetos se o Agente Cultural possui projetos contemplados em outra categoria ou Edital com recursos da Lei Complementar n.º 195/2022, como forma de melhor realizar a distribui o de recursos.

9. ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO

- 9.1. A etapa de Análise Técnica e de Mérito possui caráter eliminatório.
- 9.2. Entende-se por “Análise Técnica e de Mérito” a identifica o do contexto social e de aspectos técnicos relevantes dos projetos concorrentes em uma mesma categoria, realizada por meio da atribui o fundamentada de notas aos critérios descritos neste Edital.
 - 9.2.1. A análise será realizada por uma Comissão de Análise Técnica e de Mérito formada por 5 (cinco) pareceristas externos da área artístico-cultural do Audiovisual e/ou Patrim nio, selecionados e contratados por Edital.
 - 9.2.2. Cada parecerista que compõe a Comissão de Análise Técnica e de Mérito receberá e avaliar  individualmente os conteúdos dos projetos, de acordo com os critérios e parâmetros estabelecidos neste Edital e do Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO, pontuando cada projeto e emitindo parecer técnico.

- 9.2.3. Nesta etapa, serão classificados os projetos que atinjam na sua pontuação final o mínimo de 56 (cinquenta e seis) pontos do total de pontos possíveis na soma dos critérios de análise técnica e de mérito, considerando os pontos extras ofertados para fins de indução de nota apenas para os projetos enquadrados nas situações indicadas no item 1.3.3. deste Edital.
- 9.2.4. A pontuação final será a soma das notas atribuídas pelos 05 (cinco) pareceristas da Comissão de Análise Técnica e de Mérito, sendo descartadas a maior e a menor nota, resultando na média da soma das 03 (três) notas intermediárias.
- 9.2.5. O parecerista deverá se declarar impedido de realizar análise técnica e de mérito do projeto escrito por: cônjuge e/ou companheiro, bem como os parentes por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau.
- 9.2.6. Contra a decisão da fase de mérito, caberá recurso destinado à Comissão de Análise Técnica e de Mérito.
- 9.3. Os recursos de que tratam o item 9.2.6 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
- 9.4. Os pedidos de recursos deverão ser objetivamente fundamentados e enviados unicamente através do sistema SIC.Cultura. Não serão aceitos e analisados recursos enviados fora do prazo estipulado, bem como aqueles enviados por outros canais que não o sistema supracitado.
- 9.5. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da análise de mérito será publicada no Diário Oficial e no site oficial da SEEC:

www.cultura.pr.gov.br.

- 9.6. Os projetos que atenderem todas as exigências e atingirem a pontua o mínima de 56 (cinquenta e seis) pontos serão considerados classificados e encaminhados para a etapa de Sele o.

10. DOS CRITÉRIOS PARA A PONTUA O DE PROJETOS

- 10.1. Os critérios de pontua o adotados pela Comissão de Análise Técnica e de Mérito dos projetos observarão os parâmetros descritos a seguir:
- a) Relevância, mérito e clareza do projeto – até 15 (quinze) pontos, sendo:
 - Relevância – alinhamento com a cultura local promovendo tendências que definem a cultura e/ou apoiar causas sociais que beneficiam a todos e a todas.
 - Mérito – valor artístico do projeto e a reverbera o que o mesmo terá em seu público-alvo.
 - Clareza – apresenta o do projeto com linguagem adequada, objetividade e de forma inteligível, ou seja, de fácil compreensão por quem l ;
 - b) Incorpora o no projeto de aspectos culturais, sociais, econ micos, territoriais e regionais paranaenses, que deverá considerar a capacidade mediante as a o es e resultados do projeto, de sensibiliza o de novos públicos, forma o de plateias e promo o de artistas/mão de obra locais e identidades territoriais – até 20 (vinte) pontos;
 - c) Acesso da popula o aos bens e serviços culturais e medidas de acessibilidade nas contrapartidas sociais de maneira a avaliar e valorar se o projeto apresentado cont m aspectos de integra o

comunitária, de inova o (tecnologias e comportamentos), originalidade e/ou singularidade em rela o   impactos sociais, de inclusão da Pessoa com Deficiência (PCD) e de grupos vulneráveis de forma justa e igualitária com medidas de acessibilidade propostas conforme orientado no Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO – até 15 (quinze) pontos;

d) Potencialidade de impacto no desenvolvimento cultural das contrapartidas e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – até 10 (dez) pontos;

e) Adequa o orçamentária e viabilidade de execu o do projeto comprovando a coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execu o às metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto, considerando também a conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária – até 20 (vinte) pontos;

10.2. Além da pontua o acima, o projeto poderá receber indu o de nota, ou seja, uma pontua o extra, conforme critérios especificados abaixo:

10.2.1. Projetos submetidos por Agente Pessoa Jurídica mediante análise da composi o de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quadro societário que integre um ou mais dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital – 05 (cinco) pontos;

10.2.2. Projetos cuja equipe seja predominantemente composta por pessoas integrantes dos grupos sociais elencados no item 2.2 do Anexo VI – POLÍTICAS AFIRMATIVAS, ACESSIBILIDADE E

DEMOCRATIZA O DO ACESSO deste Edital – 05 (cinco) pontos;

10.2.3. Projetos cuja contrapartida social seja direcionada aos grupos indicados no item 3.2 do Anexo V – CONTRAPARTIDA SOCIAL deste Edital – 10 (dez) pontos.

10.3. No âmbito da Análise Técnica e de Mérito não poderá haver empate na pontua o final concedida aos projetos.

10.3.1. O desempate será feito mediante observa o da aplicabilidade das políticas afirmativas no projeto, respeitada a previsão do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

10.3.2. Caso persista o empate, será feita a compara o, em escala decrescente de pontua o, considerando respectivamente a ordem dos critérios descritos no item 10.1.

10.3.3. Em caso de igualdade de notas, será utilizado como critério de desempate o projeto de menor valor orçamentário.

10.3.4. Em último caso, caso ainda haja empate, a Comissão de Sele o efetuar  o sorteio para a defini o do resultado.

11. DA DESCLASSIFICA O DOS PROJETOS

11.1. Resultarão na desclassifica o ou inabilita o do projeto inscrito neste Edital, em qualquer uma das fases, as situa oes a seguir mencionadas:

11.1.1. Apresenta o de projeto por Agente Cultural impedido ou que se constate irregularidade ou inconsistência nas informaçoes prestadas, conforme disposto na Lei Complementar n.  195/2022, nos Decretos Federais n.  11.453/2023 e n.  11.525/2023, no Decreto Estadual n.  3.463/2023, bem como neste Edital;

- 11.1.1.1. O Agente Cultural que se encontrar impedido de participar dos Editais da Lei Complementar n.º 195/2022, nos termos do item 11.1.1, será notificado via diligência por meio do sistema SIC.Cultura. O Agente Cultural que se encontrar nessa situação, não poderá ser contratado com recursos da Lei Complementar n.º 195/2022.
- 11.1.2. Apresentação de projeto que não atenda integralmente às regras deste Edital;
- 11.1.3. Obtenção de pontuação final inferior a 56 (cinquenta e seis) pontos, na soma dos critérios de Análise Técnica e de Mérito;
- 11.1.4. Que 01 (um) ou mais técnicos ou pareceristas das comissões indicadas constate que o projeto proposto não atende às características da categoria na qual foi inscrito, conforme disposto no item 3.1 do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital;
- 11.1.5. Que apresentem caráter sectário, discriminatório ou que atentem contra as instituições públicas, à dignidade e aos direitos humanos, conforme previsto no Art. 18, §2.º do Decreto Federal n.º 11.453/2023, com fundamento no disposto no Art. 3.º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 e no item 4.2.9. deste Edital.
- 11.2. Os projetos classificados e desclassificados serão relacionados em listagem a ser divulgada na mesma data do resultado em www.cultura.pr.gov.br, e no sistema SIC.Cultura.
- 11.3. Em caso de constatação de inveracidade das informações prestadas nos campos preenchidos no projeto ou identificação de irregularidade em documentos anexados relacionados a qualquer item deste Edital, reserva-se à SEEC o direito, a qualquer tempo, de excluir o Agente

Cultural da participação neste Edital, assim como anular a classificação na Análise Técnica e de Mérito.

12. SELEÇÃO DOS PROJETOS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 12.1. A etapa de seleção dos projetos será realizada pela Comissão de Seleção, que receberá a relação de projetos classificados, com nota igual ou superior a 56 (cinquenta e seis) pontos, em ordem decrescente de pontuação, bem como os pareceres da Comissão de Análise Técnica e de Mérito.
- 12.2. Na etapa de Seleção dos projetos pela Comissão de Seleção, além da pontuação obtida na fase de Análise Técnica e de Mérito, serão observadas todas as diretrizes indicadas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA e no item 1.3 deste Edital, bem como o limite de recursos a ele destinados.
- 12.3. Na fase de Seleção de projetos pela Comissão de Seleção, determinados gastos e rubricas poderão ser glosados do orçamento proposto (exclusão ou redução de valores), para fins de adequação ao limite de recursos deste Edital, não cabendo recurso por parte do Agente Cultural.
 - 12.3.1. Caso o projeto tenha rubricas glosadas do orçamento, o Agente Cultural será notificado por meio de diligência no sistema SIC.Cultura para que se manifeste quanto ao desejo de continuidade de realização do projeto.
- 12.4. O resultado desta etapa será indicado na página de editais e projetos do sistema SIC.Cultura do Agente Cultural, no campo “Situação”, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em www.cultura.pr.gov.br.
- 12.5. Somente serão convocados a anexar os documentos da contratação

no sistema SIC.Cultura, localizado na aba “Contratação”, os projetos aprovados no processo de Análise Técnica e de Mérito e selecionados pela Comissão de Seleção na distribuição dos recursos.

- 12.6. As Comissões de Análise Técnica e de Mérito, de Seleção e de Habilitação reservam-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências, no sentido de verificar a consistência dos dados informados pelos Agentes Culturais.

13. DA HABILITAÇÃO

- 13.1. Os projetos selecionados pela Comissão de Seleção serão submetidos à análise documental denominada de Habilitação.

- 13.2. A Habilitação será realizada por Comissão designada por ato da Secretária de Estado da Cultura e consistirá na verificação da documentação exigida no Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITAÇÃO deste Edital.

13.3. **Não serão habilitados os projetos que:**

- 13.3.1. Tenham ultrapassado o limite de inscrição de projetos por CNPJ, estabelecido no item 8.10¹ deste Edital;
- 13.3.2. Não tenham relacionado o quadro societário do Agente Cultural pessoa jurídica (sócios, diretores, administradores e outros) no Sistema de Informações Culturais – Agentes Culturais, localizado no módulo “Meus Dados”, aba “Sócios”;
- 13.3.3. Tenham deixado de anexar a documentação obrigatória solicitada no Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITAÇÃO e a

¹ Cada Agente Cultural poderá inscrever até dois projetos por meio de seu CNPJ neste Edital, considerando todas as categorias previstas no item 3.1, do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Contudo, somente será possível a aprovação de, no máximo, um projeto por categoria, dentro do limite global de dois projetos para todo o Edital.

documenta o específica referente às categorias pretendidas, observando o limite do sistema para o envio de arquivos com até 10MB, bem como se atentando ao formato de arquivo solicitado para cada categoria de documento, referente ao Anexo II – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE ANÁLISE TÉCNICA E DE MÉRITO.

- 13.3.3.1. Tenham deixado de enviar senha de acesso, no caso de envio de link para acesso a documento em armazenamento externo.
- 13.3.4. Não tenham realizado o preenchimento das abas do projeto ou tenham realizado o preenchimento incompleto de uma ou mais abas (Identifica o; Categorias; Segmentos; Apresenta o; Objetivos; Justificativa; Democratiza o de Acesso/Contrapartida Social; Etapas de Trabalho; Plano de Realiza o do Projeto; Ficha Técnica/Currículo; Orçamento Detalhado; Outras Fontes de Financiamento; Plano Básico de Divulga o; Plano Básico de Distribu o; Público-Alvo do Projeto; e os anexos da aba Documentos e Informa es a serem anexadas);
- 13.4. O resultado desta etapa será indicado na página de editais e projetos do sistema SIC.Cultura do Agente Cultural, no campo “Situa o”, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado e disponibilizado em www.cultura.pr.gov.br.
- 13.5. A SEEC terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para análise dos recursos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.
- 13.6. Após análise dos recursos referentes   Habilita o, a SEEC publicará o resultado no Diário Oficial do Estado e o disponibilizará em www.cultura.pr.gov.br e no sistema SIC.Cultura.

- 13.7. A publicação indicará apenas o resultado da deliberação acerca dos recursos, listando-os como DEFERIDOS ou INDEFERIDOS. O detalhamento da decisão constará no projeto, dentro do sistema SIC.Cultura.

14. DO RESULTADO FINAL E DOS RECURSOS

- 14.1. Seguindo a ordem dos projetos selecionados pela Comissão de Seleção, com base na pontuação obtida na fase de Mérito, bem como nos critérios gerais que norteiam este Edital e no limite de recursos destinados, a Secretaria de Estado da Cultura homologará o resultado final.
- 14.2. Caberá à Secretaria de Estado da Cultura a contratação dos projetos selecionados e homologados, por meio de Termo de Execução Cultural, realizando a checagem e observância das condições de participação, das informações, documentações exigidas e a adimplência e regularidade dos Agentes Culturais homologados, conforme estabelecidos no Anexo III – DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUE COMPÕEM A ETAPA DE HABILITAÇÃO.
- 14.3. Serão inabilitados aqueles(as) Agentes Culturais que no ato da habilitação do projeto não cumprirem com a documentação obrigatória indicada neste Edital, que seja aferido o descumprimento das regras deste Edital, ou que não cumpra com os prazos estabelecidos para a entrega e preenchimento formal dos campos de contratação no sistema SIC.Cultura.
- 14.4. Caberá recurso do resultado final dirigido à Secretária de Estado da Cultura, num prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado desta etapa.
- 14.5. A SEEC terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para análise dos

recursos, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

- 14.6. A interposi o de recurso, consoante o previsto nos itens anteriores, terá efeito suspensivo em rela o ao resultado anteriormente publicado.
- 14.7. Os pedidos de recursos deverão ser objetivamente fundamentados e enviados unicamente através do sistema SIC.Cultura. Não serão aceitos e analisados recursos enviados fora do prazo estipulado, bem como aqueles enviados por outros canais que não o sistema supracitado.
- 14.8. O deferimento dos recursos não produz direito adquirido   classifica o ou aprova o, visto que tal situa o depende da pontua o final obtida nos projetos e da delibera o da Comissão de Sele o.
- 14.9. Caso o deferimento dos recursos decorra da classifica o e/ou aprova o de projeto anteriormente desclassificado ou não aprovado, serão procedidas publica oes adicionais ao resultado retificando o seu conteúdo.
- 14.10. Após a conclusão, em caráter definitivo, acerca de todos os recursos, será publicado o resultado final deste Edital, no Diário Oficial do Estado do Paraná e disponibilizado em www.cultura.pr.gov.br, e no sistema SIC.Cultura.

15. DA PRESTA O DE CONTAS

- 15.1. Todos os projetos aprovados neste Edital deverão realizar a presta o de contas dos recursos recebidos, conforme Art. 29 e seguintes, do Decreto Federal n.  11.453/2023, devendo ser observado, ainda, o disposto no Anexo VII – PRESTA O DE CONTAS deste Edital.
- 15.2. A fim de garantir maior segurança e transparência,   recomendado

que o Agente Cultural responsável pela execução do projeto faça o *upload* de todas as notas fiscais e demais documentações relacionadas à prestação de contas no sistema SIC.Cultura, independente da modalidade de prestação de contas utilizada.

- 15.3. A documentação relativa à execução do objeto e da parte financeira deve ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do fim da vigência do instrumento.

16. ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

- 16.1. A Comissão de Credenciamento será a gestora do presente credenciamento, que indicará os responsáveis pelo(a) acompanhamento/supervisão do fiel cumprimento do objeto deste Edital, e adotará todas as providências cabíveis e necessárias para a manutenção da regularização na prestação dos serviços credenciados.

17. ACESSIBILIDADE

- 17.1. Seguindo o disposto no Art. 15 do Decreto n.º 11.453/2023 e no Capítulo VIII do Decreto n.º 11.525/2023, o processo de inscrição nos editais oferecerá medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional, compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, como:

- 17.1.1. Oferecimento de recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos editais e para o ato de inscrição.

- 17.1.1.1. Serão considerados recursos de acessibilidade comunicacional:

I – a Língua Brasileira de Sinais – Libras;

II – o sistema Braille;

III – o sistema de sinalização ou comunicação tátil;

IV – a audiodescrição;

V – as legendas;

VI – a linguagem simples.

17.2. Conforme disposto no Art. 15 do Decreto Federal n.º 11.525/2023, os recursos a serem utilizados em medidas de acessibilidade estarão previstos nos custos do projeto, assegurados, para essa finalidade, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do projeto, desde que compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto.

17.2.1. A obrigatoriedade de cumprimento da porcentagem referida no item 17.2 poderá ser excepcionalmente dispensada quando se enquadrar nos critérios do § 1.º, incisos I e II da Instrução Normativa do Ministério da Cultura n.º 5/2023, a saber:

17.2.1.1. quando for inaplicável em razão das características do objeto cultural;

17.2.1.2. quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

18. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS

18.1. Finalizada a fase de Habilitação, o Agente Cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV – TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

18.2. O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo Agente Cultural selecionado neste Edital conforme o

modelo previsto no Anexo IV – TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL.

- 18.3. Após a assinatura do Termo de Execu o Cultural, o Agente Cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único em até 10 (dez) dias corridos após a homologa o do resultado final.
- 18.4. A assinatura do Termo de Execu o Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados   existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a sele o como expectativa de direito do Agente Cultural (proponente).
- 18.5. O Agente Cultural deve assinar o Termo de Execu o Cultural até 03 (três) dias corridos, sob pena de perda do apoio financeiro e convoca o do suplente para assumir sua vaga.

19. DISPOSI OES GERAIS

- 19.1. O Agente Cultural somente poderá ser contemplado em, no máximo, 02 (dois) editais com recursos provenientes da Lei Complementar n.  195/2022.
 - 19.1.1. Para fins de verifica o, serão considerados como o mesmo Agente Cultural a Pessoa Física e a Pessoa Jurídica, quando seus proprietários, sócios, diretores ou representantes legais tiverem projetos inscritos em seu nome como Pessoa Física.
- 19.2. Todas as informaçoes prestadas na apresenta o do projeto estarão sujeitas   comprova o.
- 19.3. Para fins de verifica o, serão considerados como o mesmo Agente Cultural a Pessoa Física e a Pessoa Jurídica, quando seus proprietários, sócios, diretores ou representantes legais tiverem projetos inscritos em seu nome como Pessoa Física.
- 19.4. Serão de responsabilidade do Agente Cultural:

- 19.4.1. Todas as despesas decorrentes de sua participação no programa;
- 19.4.2. A execução do projeto está condicionada às devidas liberações exigidas pela atual legislação no que tange a certidões, licenças e outros documentos pertinentes à execução do objeto, sendo de responsabilidade do Agente Cultural;
- 19.4.3. A veracidade das informações e dos documentos apresentados, bem como sua comprovação, quando solicitada;
- 19.4.4. A guarda de cópia do projeto, dos documentos e de todos os anexos;
- 19.4.5. O gerenciamento de sua conta dentro do sistema SIC.Cultura e do e-mail indicado, bem como filtros, anti-spam etc., que impeçam o recebimento de e-mails enviados pela SEEC e/ou pelo sistema SIC.Cultura.
- 19.4.6. Constitui ônus dos Agentes Culturais a obtenção das liberações necessárias junto aos órgãos competentes, como: Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões (SATED), Sindicato da Indústria do Audiovisual do Paraná (SIAPAR), Associação de Vídeo e Cinema do Paraná (AVEC), Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Associação Brasileira de Música e Artes (ABRAMUS), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual (SINDCINE) e outros órgãos; assim como autorização(ões) do(s) autor(es) e outros, conforme especificidade do projeto.

- 19.4.7. Considerando que a apresenta o dos projetos se d  em ambiente virtual,   de responsabilidade do Agente Cultural, a partir da inscri o, acompanhar todas as fases do projeto, com seu login e senha no sistema SIC.Cultura, devendo as publica es serem acompanhadas também no site da SEEC, no endereço www.cultura.pr.gov.br.
- 19.4.8. Os Agentes Culturais são os únicos responsáveis pelo ônus decorrente da apresenta o de projetos incompletos, campos não preenchidos, falta de documenta o e informa o obrigatória ou outra falha que implique na não inscri o ou inabilita o do projeto
- 19.4.9.   de responsabilidade do Agente Cultural Pessoa Jurídica o recolhimento de todos os impostos devidos relativos aos projetos.
- 19.5. Nos casos de editais que firmam termo de execu o cultural, com obriga es futuras, não há incidência de impostos no repasse de recursos pelo ente federativo ao Agente Cultural.
- 19.6. A Secretaria de Estado da Cultura, quando por motivos de ordem técnica que não lhe forem imputáveis, não se responsabiliza pelo cadastro de Agente Cultural ou projeto não efetuado, e no ato da inscri o, por falhas ou congestionamento de linhas de comunica o, indisponibilidade de internet ou por interrup o de conexão que não detenha controle direto ou indireto bem como informa o perdida, incompleta, inválida ou corrompida, problema de ordem técnica no computador, rede, hardware utilizado pelo usuário ou outros fatores que impossibilitem o acesso ao projeto, o envio da inscri o do projeto, e que impossibilitem a transferência de dados ou acesso aos arquivos disponíveis no sistema SIC.Cultura.

- 19.7. A Secretaria de Estado da Cultura não se responsabiliza pela impossibilidade de acesso a projeto cadastrado a partir de *software* e/ou dispositivo diverso daquele recomendado por ela no sistema SIC.Cultura.
- 19.8. A SEEC, havendo razões superiores que justifiquem, poderá revogar este Edital a qualquer momento, sem que tal fato permita alega o de prejuízo aos interessados ou a terceiros, sob qualquer fundamento de direito.
- 19.9. Esclarecimentos sobre este Edital serão prestados pela SEEC através do e-mail leipaulogustavo@seec.pr.gov.br.
- 19.10. Será disponibilizado um canal de comunica o com a SEEC, através do e-mail leipaulogustavo@seec.pr.gov.br, para sanar quaisquer d vidas que surgirem durante o processo, onde serão respondidas apenas as questões enviadas em até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes do encerramento das inscri es.
- 19.11. A SEEC poderá deliberar sobre casos específicos, mediante solicita o do Agente Cultural e apresenta o de justificativa detalhada.
- 19.12. Os casos omissos serão resolvidos pela SEEC.

Curitiba, 17 de outubro de 2023.

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA

Secretária de Estado da Cultura